

NEOLIBERALISMO NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO MÉDIO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Aldineia Borges dos Anjos Bonfim¹

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
<https://orcid.org/0009-0002-7303-5792>

Cristiane Sena Gomes²

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
<https://orcid.org/0009-0007-1813-4591>

Ivone Barreto de Amorim³

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
<https://orcid.org/0000-0001-9943-2118>

RESUMO

O presente artigo partiu do seguinte problema: *quais discussões estão presentes na literatura acadêmica sobre os aspectos do neoliberalismo nas políticas públicas voltadas ao Ensino Médio no Brasil?* Objetivou-se identificar o que os estudos acadêmicos apontam sobre as influências neoliberais nesse campo. A fundamentação teórica baseou-se em Gentili (1996), Anadon e Silva (2023), Silva et al. (2023), Motta e Frigotto (2017), Frigotto (2022), Ciavatta (2018), Ferretti (2018), Bauman (2000), Santos (2006), além dos documentos oficiais: LDBEN (Brasil, 1996), Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017) e BNCC (2017). Realizou-se pesquisa bibliográfica do tipo “estado do conhecimento”, utilizando as palavras-chave “Neoliberalismo”, “Políticas Públicas” e “Ensino Médio”, com busca no Portal de Periódicos da CAPES. Selecionaram-se artigos que abordam diretamente a temática. Os resultados indicam que a Lei nº 13.415/2017 é o principal marco da influência neoliberal nas políticas públicas para o Ensino Médio na contemporaneidade. Contudo, destaca-se a importância de ampliar as pesquisas para outras etapas da educação básica, a fim de compreender melhor os impactos do neoliberalismo no sistema educacional brasileiro.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Ensino Médio; Neoliberalismo.

NEOLIBERALISMO EN EL ÁMBITO DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LA EDUCACIÓN SECUNDARIA: UNA REVISIÓN BIBLIOGRÁFICA

RESUMEN

Este artículo se planteó a partir del siguiente problema: ¿qué debates existen en la literatura académica sobre los aspectos del neoliberalismo en las políticas públicas dirigidas a la educación secundaria en Brasil? El objetivo fue identificar qué estudios académicos señalan sobre las influencias neoliberales en este campo. La base teórica se basó en Gentili (1996), Anadon y Silva (2023), Silva et al. (2023), Motta y Frigotto (2017), Frigotto (2022), Ciavatta (2018), Ferretti (2018), Bauman (2000), Santos (2006), además de los documentos oficiales: LDBEN (Brasil, 1996), Ley n.º 13.415/2017 (Brasil, 2017) y BNCC (2017). Se realizó una investigación bibliográfica del estado del conocimiento utilizando las palabras clave «Neoliberalismo», «Políticas Públicas» y «Enseñanza Media», en el Portal de Revistas de CAPES. Se seleccionaron artículos que abordan directamente el tema. Los resultados indican que la Ley nº 13.415/2017 es el principal indicador de la influencia neoliberal en las políticas públicas de la educación secundaria actual. Sin embargo, se destaca la importancia de ampliar la investigación a otras etapas de la educación básica para comprender mejor los impactos del neoliberalismo en el sistema educativo brasileño.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES/UNEB). E-mail: neiaborgeskr@gmail.com

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES/UNEB). E-mail: crisenak@yahoo.com.br

³ Pós-Doutora em Educação e Contemporaneidade (PGEduC/UNEB). Doutora em Família na Sociedade Contemporânea pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Católica do Salvador. Professora Titular da UNEB e vice-coordenadora do PPGIES (UNEB, Campus XI, Serrinha-BA). E-mail: ebamorim@uneb.br

Palabras clave: Políticas Públicas; Educação Secundaria; Neoliberalismo.

NEOLIBERALISM IN THE CONTEXT OF PUBLIC POLICIES FOR UPPER SECONDARY EDUCATION: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW

ABSTRACT

This article started from the following problem: what discussions are present in the academic literature about the aspects of neoliberalism in public policies aimed at secondary education in Brazil? The aim was to identify what academic studies point out about neoliberal influences in this field. The theoretical foundation was based on Gentili (1996), Anadon and Silva (2023), Silva et al. (2023), Motta and Frigotto (2017), Frigotto (2022), Ciavatta (2018), Ferretti (2018), Bauman (2000), Santos (2006), in addition to the official documents: LDBEN (Brazil, 1996), Law No. 13,415/2017 (Brazil, 2017) and BNCC (2017). A "state of knowledge" bibliographical research was conducted using the keywords "Neoliberalism," "Public Policy," and "High School," searching the CAPES Journals Portal. Articles directly addressing the topic were selected. The results indicate that Law No. 13,415/2017 is the main marker of neoliberal influence on public policies for high school education today. However, the importance of expanding research to other stages of basic education is highlighted in order to better understand the impacts of neoliberalism on the Brazilian education system.

Keywords: Public Policy; High School; Neoliberalism.

1. INTRODUÇÃO

A compreensão das características neoliberais que atravessam as políticas públicas educacionais brasileiras, em especial, as que se referem ao ensino médio, pressupõe a retomada dos seus princípios, haja vista que os seus impactos não se limitam apenas ao campo econômico, mas ocorrem em diversas frentes, como propõe Mello (2021). Dessa forma, não será realizada revisão histórico-filosófica desse conceito, mas sim, uma contextualização dos seus princípios na conjuntura atual em que ele se apresenta na sociedade e sua atuação para estabelecer mecanismos de controle do poder dominante, especialmente na educação.

A compreensão do neoliberalismo se relaciona ao liberalismo. Ferreira (2023, p. 213) explica que [...] o Neoliberalismo tem raízes bem mais profundas, fincadas no século XVII, na doutrina liberal. Há um consenso de que elas datam dos tempos de John Locke (1632-1704), filósofo inglês e idealizador do Liberalismo. Segundo Corrêa *et al.* (2020) o liberalismo clássico fundamenta-se principalmente na defesa da liberdade individual e racionalidade humana, do direito da propriedade privada e dos meios de produção, igualdade, o contrato social, o livre mercado e comércio e o estado como protetor desses direitos e garantidor da ordem e segurança.

Para Ferreira (2023) apesar de estarmos em outro contexto histórico-político-social, essas ideias permanecem atuais, com algumas adaptações. Atualmente, pode-se dizer que o liberalismo se apresenta como uma doutrina político-econômica, onde a ação

do Estado é operar no sentido de propor políticas que vão direcionar a ação das pessoas sob a ótica capitalista, na qual o neoliberalismo é, ao mesmo tempo, produto do capitalismo e seu pilar de sustentação. Dessa forma, pode-se compreender que a ideologia neoliberal busca exercer uma racionalidade, que opera nas diversas dimensões humanas, como a política, econômica, social, cultural, entre outras, a partir dos princípios da lógica do capital.

O neoliberalismo é regido pelos princípios da predominância do mercado sobre o estado, a redução da intervenção do estado nos setores públicos, privatização, competitividade, individualismo, flexibilização trabalhista, eficiência, produtividade, descentralização administrativa e educação como mercadoria (Gentili, 1996). Esses princípios convergem para o agravamento das desigualdades sociais, limitando as possibilidades de desenvolvimento das camadas populares, já que o Estado mínimo tende a reduzir a oferta e o acesso a direitos como a saúde, a educação, previdência etc., que passam a ser tratados como mercadorias. Dessa forma, cada indivíduo terá o que sua condição econômica lhe permitir. Assim, a sociedade passa a se organizar numa lógica mercadológica-empresarial, como propõe Ferreira (2023, p. 220) “[...] desregulamentação do Estado em favor da iniciativa privada, radicalizando esse discurso de tal modo a converter o mercado na única garantia das regras sociais”.

Essa lógica se materializa em todas as instâncias e o interesse do acúmulo de capital, ocorre de forma prática e subjetiva, se sobrepondo aos valores e princípios que asseguram a dignidade da vida humana. Para Santos (2000), a ideia de que o estado mínimo fortaleceria a democracia, favorecendo a emancipação humana, o desenvolvimento econômico e a liberdade dos homens, configura uma grande fábula, ineficaz para as comunidades globais, que se encontram num nível de esgotamento social, humano e de recursos, aumentando as desigualdades entre os indivíduos.

No Brasil, de acordo Mello (2021), o cenário de abertura a política neoliberal começa a ser delineado com o processo de redemocratização do país, no período pós-ditadura “empresarial-militar” (1964-1985), mas se consolida nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), com a aprovação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, em 1995, que oportunizou grande reforma do aparelho estatal, iniciando processo de desregulamentação e desnacionalização da economia, privatizações e alteração da participação do Estado em políticas de proteção social,

abrindo espaço para a participação da esfera privada. Essas mudanças atingiram todas as esferas da sociedade, inclusive a educação (Andriola, 2008; Andriola; Campos, 2008).

Na esfera educacional, há a redução do papel do estado, ampliação do setor privado, enfraquecimento de financiamento, implantação de gestão empresarial, terceirização, competitividade, gerenciamento com base na eficiência, produtividade e competitividade, avaliação de desempenho e indicadores, responsabilização individual e docente, adequações curriculares, aprendizagem por competências e habilidades, precarização do trabalho docente e ampliação de desigualdades (Gentilli, 1996; Anadon e Silva, 2023). Os impactos educacionais ocorrem tanto de forma explícita por meio das ações, dos discursos e das políticas, como também de forma implícita e velada, por meio de reformas curriculares, estabelecimento de parâmetros de desempenho, entre outros mecanismos, que juntos, criam narrativas de meritocracia e igualdade para promover a uniformização do pensamento da sociedade em defesa dos seus ideais.

2. O ENSINO MÉDIO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

O ensino médio, etapa educacional que acolhe o público juvenil, de 15 a 17 anos, foi reconhecido como etapa final da Educação Básica a partir da LDBEN nº 9394/96 (Brasil, 1996). No entanto, apenas com a promulgação da Emenda Constitucional nº 59/2009, que amplia a obrigatoriedade da Educação Básica para a faixa etária de 06 a 17 anos, é que a sua oferta se torna obrigatória. Com essa expansão, os jovens são inseridos de forma mais relevante no contexto educacional, e passam a ser reconhecidos enquanto público específico do ensino médio (Andriola; Oliveira, 2007).

Essa etapa de ensino é marcada historicamente por possuir múltiplas finalidades. De acordo com a LDBEN (Brasil, 1996), compete ao ensino médio: preparar o jovem para a continuidade dos estudos, para o ingresso no mercado de trabalho e para o exercício da cidadania. São muitas funções, o que faz com que essa etapa transite entre o ensino técnico-profissional e propedêutico e apresente dificuldade em construir sua identidade. Esse aspecto reforça o caráter dual das políticas públicas que orientam a sua trajetória.

Para refletir sobre as políticas públicas no campo da educação, em especial no ensino médio, torna-se imprescindível situar o arcabouço político-ideológico que envolve essas políticas e as intencionalidades existentes em suas proposições. Os países de sistema capitalista como o Brasil, tendem a seguir a política econômica global, que '[...] busca dar seguimento à lógica de manutenção da concentração da riqueza e poder, bem

como à hegemonia dos países que estão na condução da política econômica global' (Sena *et al.* 2024, p. 5).

A interferência dos organismos multilaterais nas políticas curriculares, gerenciais e ideológicas, tem no ensino médio um segmento estratégico, favorável ao o alinhamento das políticas às lógicas do mercado, pois o público atendido nessa etapa, jovens de 15 a 17 anos se encontram numa fase de transição, vivenciando as experiências da juventude, concluindo a última etapa da educação básica e muitas vezes ingressando no mercado de trabalho. Como complementa Silva *et al.* (2023, p.02) “o trabalho é uma parte significativa da identidade juvenil no país, ao lado de outros aspectos igualmente relevantes.”

Nesse sentido, a oferta dessa etapa de ensino frequentemente se encontra vinculada às demandas das políticas de mercado, próprias de uma sociedade capitalista. Como ressaltou Vasconcelos *et al.* (2021, p.03) o ensino médio brasileiro possui ‘[...] expressiva dimensão dual e classista, ou seja, um ensino médio voltado para os filhos dos que detêm o poder (ensino propedêutico) e o outro para os filhos dos pobres, dos trabalhadores (ensino profissional)’. É importante o destaque dessa dualidade das políticas que acompanham o ensino médio, principalmente quando consideramos o seu público: os jovens das classes populares, pois 83,1% das escolas de ensino médio do país são públicas estaduais e 95,8% dos estudantes do ensino médio estão nessas escolas (INEP, 2025).

O ensino médio constitui-se por uma etapa complexa da educação básica, atravessada por desafios históricos, que perpassam as dificuldades em atender as especificidades do seu público, suas múltiplas finalidades enquanto etapa de terminalidade e a qualidade do ensino ofertado (Andriola, 1997ab). Dados do INEP (2024) revelam aspectos preocupantes acerca da permanência: foram 7,8 milhões de matrículas, no entanto, o índice de distorção atinge 17,8% dos estudantes; a evasão e a repetência no mantém os maiores índices da educação básica em 2021 com respectivamente 8,7% e 4,4% (INEP, 2024; Evangelista; Andriola, 2022). O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), na última avaliação em 2023, atingiu a nota de 4,3 pontos, ficando abaixo da meta projetada que era de 5,2 (Brasil, 2024; Silva; Andriola, 2023; Muniz; Andriola; Muniz, 2022).

Essas dificuldades que acompanham o ensino médio, faz com que ele se mantenha no centro do debate educacional e criando um cenário adequado para proposições de políticas públicas com vistas a superação desses problemas. No entanto,



considerando o contexto socioeconômico desigual, característico do sistema capitalista vigente, as políticas propostas podem estar mais alinhadas aos interesses do mercado e aprofundar as desigualdades, ao invés de superá-las, estabelecendo uma nova articulação entre os poderes políticos e a sociedade civil, a participação de organizações não governamentais, fundações filantrópicas e outros setores da sociedade [...] como propositoras na resolução de problemas sociais, em especial na área da educação' (Anadon; Silva, 2023, p. 5).

Com relação ao ensino médio, a aprovação em 2017 da Reforma do Ensino Médio, a Lei nº 13.415/17 (Brasil, 2017) e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que passou a vigorar em 2022, constituiu-se uma das políticas públicas mais discutidas, criticadas e combatidas no campo político e educativo recente. Entre as principais mudanças propostas por essa reforma, destacou-se o aumento gradual da carga horária anual, de 800 para 1.400 horas, a expansão do ensino em tempo integral e a flexibilização curricular por meio dos itinerários formativos.

Essa lei causou muita insatisfação por parte de setores da sociedade, entre outros fatores, pela ausência de debate político e social em que foi aprovada, pela redução da carga horária da Formação Geral Básica (FGB) e pela ampliação do tempo para a parte diversificada. Esses aspectos impactam a formação dos estudantes, já que as escolas públicas teriam poucas condições materiais para implementação diversificada dos itinerários formativos. Para estudiosos contrários a reforma (Motta; Frigotto, 2017; Frigotto, 2022; Ciavatta, 2018; Ferretti, 2018) ela representou interesses classistas, alinhados a política neoliberal, que pode aprofundar no ensino médio, os contextos de exclusão das classes populares. Ferretti (2018, p. 34) complementa que "A Lei 13.415 pode ser interpretada, nesse sentido, como uma ação e proposição de afirmação da busca de hegemonia, no campo educacional, pelos setores da burguesia da sociedade capitalista brasileira [...]".

A vinculação das políticas públicas educacionais brasileiras a lógica neoliberal é evidenciada pela participação efetiva de setores empresariais na esfera educativa, como realçam Martins e Krawczyk (2018, p. 4): "No Brasil, encontramos diversas organizações de origem empresarial que atuam na educação pública em parceria com os governos [...]". Anadon e Silva (2023) complementam que a participação desses grupos não se limita à "arena das disputas e negociações de pautas", mas, se efetivam, inclusive, na elaboração do texto da legislação, postulando pela defesa dos seus interesses. Na recente reforma

do Novo Ensino Médio os interesses neoliberais se manifestaram principalmente na ideia de promover o desenvolvimento de competências e habilidades que favoreçam a inserção dos jovens das camadas populares no mercado de trabalho (Motta; Frigotto, 2017).

A insatisfação de setores educacionais e da sociedade com a Lei nº 13.415/17 (Brasil, 2017), desencadeou um novo debate por parte dos órgãos competentes, que resultou em uma nova lei para o ensino médio, a Lei nº 14.945/2024 (Brasil, 2024), promulgada em 31 de julho de 2024. A nova lei modificou de forma significativa o ensino médio para o ano de 2025. Entre as principais mudanças, estão a ampliação da carga horária da Formação Geral Básica (FGB) para 2400 horas para quem cursar o itinerário de aprofundamento nas áreas da FGB e até 2100 horas para quem optar pelo itinerário profissional e a redução da carga horária da parte diversificada (Agência Brasil 2024). Sena *et al.* (2025) destacam que a Lei nº 14.945/2024 se configura como uma vitória considerável dos movimentos populares e da sociedade civil, pois representa a revogação parcial da Lei nº 13.415/17, ampliando as possibilidades de os estudantes das classes populares cursarem um ensino médio mais igualitário e emancipador.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O estudo possui abordagem qualitativa de cunho exploratório, do tipo estado do conhecimento, que consiste em levantamento sistematizado da produção acadêmica existente, para identificar, organizar e analisar as contribuições científicas em determinada área ou tema (Lakatos; Marconi, 2017). A pesquisa foi realizada no Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no dia 07 de julho de 2025. Os critérios de inclusão adotados foram: artigos publicados entre 2020 e 2025, revisados por pares, redigidos em língua portuguesa, de acesso aberto, que abordassem discussões sobre aspectos neoliberais no âmbito das políticas públicas para o Ensino Médio no Brasil. Para tanto, foram utilizadas simultaneamente as seguintes palavras-chave: "Neoliberalismo" "Políticas Públicas" "Ensino Médio", do qual resultou em onze trabalhos, sendo que, três destes não possuíam acesso aberto, sendo descartados das análises.

Após esses filtros, foram considerados quatro artigos que abordam a temática das influências do neoliberalismo no âmbito das políticas públicas para o ensino médio no período 2020 a 2024, os quais estão organizados no Quadro 1, a seguir apresentado.

Quadro 1: Quadro síntese dos artigos encontrados no portal da CAPES.

Identificação/ano	Título	Objetivo
A1(Santos; Carvalho, 2020)	O Impacto do Pensamento Neoliberal Sobre A “Nova” Reforma Do Ensino Médio- Lei N.º 13.415/2017: A Educação Pública Em Risco	Analisar as relações entre o neoliberalismo e as políticas públicas na área da Educação do ensino médio por meio da Lei nº 13.415.
A 3 (Mello, 2021)	Novas e Tradicionais Formas de Empresariamento da Educação no Brasil: A Atuação da Confederação Nacional da Indústria no Neoliberalismo	Apresentar a análise acerca dos novos mecanismos de empresariamento da educação assimilados pela Confederação Nacional da Indústria e utilizados durante a construção das recentes políticas públicas que constituem o Novo Ensino Médio.
A4 (Paula; Silva, 2024).	Ensino Profissional e Tecnológico na era do reformismo: Contradições legais e horizontes potenciais	Investigar e apresentar alguns dos aspectos determinantes para a volatilidade e a insegurança jurídica que se abatem sobre as políticas públicas e os currículos para o ensino médio, especialmente na modalidade Educação Profissional e Tecnológica e de que maneira essas transformações e incertezas afetam ou podem afetar as juventudes trabalhadoras em nosso país.
A5 (Santos; Meirelles, 2022)	Neoliberalismo, Consenso de Washington e Mídia Neoliberal: a tríade do desmonte da educação pública profissional e tecnológica (EPT).	Aborda a influência da hegemonia dominante na educação pública brasileira, fundamentalmente na educação profissional e tecnológica (EPT), por meio do uso de três mecanismos do capitalismo para inibir qualquer possibilidade de educação pública e, especificamente, de ensino médio integrado. educação profissional, seja uma jornada para superar o dualismo formação intelectual versus formação manual e transformar as relações que provocam o fim da desigualdade educacional.

Fonte: As autoras (2025).

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As discussões trazidas nesta seção estão pautadas dentro da categoria de análise sobre as influências neoliberais no âmbito das políticas públicas para o ensino médio. A análise evidenciou que embora cada estudo foque em aspectos específicos, todos convergem na compreensão de que o neoliberalismo influenciou profundamente as políticas públicas para o Ensino Médio no Brasil, especialmente a partir da década de 1990 num movimento pós-LDB/96, resultando na intensificação da dualidade estrutural do Ensino médio e na mercantilização da educação.

Dentro da categoria de análise foram identificados padrões comuns entre os artigos, em que os autores ressaltam os seguintes aspectos:

- **Dualidade estrutural reforçada:** as reformas, incluindo a Lei nº 13.415/2017 e normativas complementares, perpetuam a divisão entre ensino propedêutico (acadêmico) destinado à elite e ensino profissionalizante (operativo), com formações mais superficiais às classes trabalhadoras.
- **Educação como mercadoria:** Os estudos apontam que o ensino médio é moldado para atender às demandas do mercado de trabalho, subordinando a formação integral e omnilateral a uma lógica utilitarista, com forte presença da pedagogia das competências e da empregabilidade como ideário central.
- **Flexibilização e fragmentação curricular:** A flexibilização é apresentada como estratégia neoliberal para ajustar o ensino às “exigências” do mercado, mas na prática acentua desigualdades e fragmenta conteúdos, especialmente via itinerários formativos e redução da carga horária da base comum.
- **Parcerias e privatização veladas:** Há uma crítica à parceria entre o público e o privado, com destaque a algumas entidades privadas e da mídia corporativa, pois, segundo os autores, são promotoras de uma educação cujo modelo segue para uma adaptação às demandas do capital e esvaziamento do papel do estado, além da ênfase na meritocracia.

Dessa forma, pode-se dizer que a influência do neoliberalismo no âmbito educacional está voltado para os aspectos da competência, da individualização, competição e redução do papel e dever do estado, o que coaduna com as concepções de Bauman (2000) ao caracterizar a modernidade contemporânea - “modernidade líquida”, em que houve um declínio na ideia da responsabilidade coletiva e das políticas públicas para o progresso, bem estar e melhoria das condições de vida, sendo agora, com o avanço do neoliberalismo uma ênfase na lógica individualista, em que se tem “a desregulamentação e a privatização das tarefas e deveres modernizantes” (Bauman, 2000, s.p), ou seja, as funções do bem estar são transferidas ao indivíduo - visto como o principal ou único responsável pelo seu sucesso e aperfeiçoamento e superação das dificuldades, sem que se levem em conta as desigualdades sociais existentes.

Essas características também estão presentes nos pontos específicos de cada artigo. No estudo de Santos e Carvalho (2020), o Novo Ensino Médio (NEM) é analisado como marco da retomada explícita do liberalismo econômico. A flexibilização curricular,

segundo os autores, é apontada nessa reforma como ampliação de possibilidades, porém, trata-se de uma ilusão que esbarra diante das desigualdades socioeconômicas que limitam as escolhas reais dos estudantes. Essa concepção esbarra na lógica da meritocracia e na autorresponsabilidade predita por Bauman (2000) e como defende Santos (2006), na era da globalização a promessa de oportunidades para todos é vendida como uma “fábula”, mas na prática, aumenta a precariedade para a maioria “perversidade”. Com relação aos itinerários e a educação profissionalizante, têm servido para promover o deslocamento da formação integral para o treinamento aligeirado da mão de obra.

O artigo de Mello (2021) reforça essa discussão ao mostrar a atuação direta do setor industrial na formulação das políticas educacionais no Brasil com intuito de alinhar a formação da mão de obra às necessidades dos meios de produção. Desta forma, tem-se uma valorização não somente de competências técnicas, mas também, de habilidades socioemocionais, o que promove a subjugação dos aspectos subjetivos do trabalhador ao controle empresarial. Estes aspectos para o autor, foram acelerados principalmente no governo FHC, o qual consolidou um modelo de Estado alinhado aos princípios do Consenso de Washington. O autor esclarece que, “não à toa, é o nível médio de ensino que demanda a maior atenção dos industriais no que diz respeito à educação básica, uma vez que defendem a ampliação significativa da formação profissional” (Mello, 2021, p.190). Com isso, jovens saem da escola para um mundo sem garantias de emprego ou estabilidade, uma vez que, dentro do mundo líquido, é marcado por incertezas, volatilidade e ausência de garantias estáveis, empregos, direitos e instituições. (Bauman, 2000).

Quanto o artigo de Paula e Silva (2024), ao trazer uma análise histórica detalhada da legislação desde a Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942), até às diretrizes mais recentes como: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM 2019) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica (DCNEPT 2021) e Lei 13.415/2017), enfatiza aspectos que como: a fragmentação do currículo; o esvaziamento de disciplinas e; a subordinação a uma formação à lógica da acumulação flexível. Paula e Silva denunciam que a contrarreforma do ensino médio no governo Temer se deu como presença mais “regressiva” do neoliberalismo - fortemente voltado ao mercado e a flexibilização da formação – ou seja, “flexibilização do trabalhador”. Também prevê, assim como Santos e Carvalho (2020), porém, dentro de um

currículo oculto, uma moldagem comportamental e das habilidades nos aspectos socioemocionais conforme as demandas do capital.

Já o estudo de Santos e Meirelles (2022), traz uma forte crítica ao papel da mídia corporativa como aliada do projeto neoliberal, que com divulgação de certas informações ajuda a legitimar políticas privativas e a deslegitimar a EPT pública. Segundo os autores, essas mídias privilegiam divulgações que enaltecem modelos educacionais do sistema S3, “(Senac, Sesc, Senai, Senar, etc), entidades representativas do patronato brasileiro e, evidentemente, consideradas pelos veículos de comunicação como modelo de educação profissional eficiente” (Santos; Meirelles, 2022, p. 5). Enquanto isso, a mídia silencia sobre cortes orçamentários e sucateamento da rede pública. Contudo, sobressai que o neoliberalismo atua no ensino médio e mais precisamente na EPT, não só por meio das políticas públicas, mas também por meio de um aparato ideológico-midiático, que, manipula a opinião pública e camufla o desmonte da EPT e das políticas públicas e do estado.

Sendo assim, mediante análise, os estudos apontam que algumas características do formato e da formação no Ensino médio se dão estritamente por influências do neoliberalismo, que através de políticas de governo, tem se instaurado nas políticas educacionais, moldando assim, uma formação que atenda aos interesses econômicos e da mão de obra do capital. Daí decorrem aspectos como: a fragmentação do saber, principalmente entre ensino técnico e científico; a flexibilização do currículo; a centralidade em competências e habilidades; e esvaziamento de disciplinas, além da mercantilização do EPT. Isto só reforça a importância da continuidade do debate acerca do tema, uma vez que, mudanças recorrentes vêm acontecendo nesta etapa da Educação Básica, e dela decorrem a formação de milhares de jovens brasileiros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou elencar as discussões trazidas pelos estudos acadêmicos sobre as influências neoliberais no âmbito das políticas públicas para o Ensino Médio e, mediante análise, esse objetivo foi alcançado e evidenciou que as discussões presentes nos textos abordados têm se mostrado crítica e fortemente contrários às influências do neoliberalismo nessa etapa da educação básica e na educação como um todo.

O estudo mostrou que, embora as pesquisas tenham enfoques diferentes, possuem pontos e concepções em comum e evidencia algumas subcategorias dessa



influência do neoliberalismo que podem ser resumidas em: a) reforço da dualidade estrutural do ensino médio; b) educação como mercadoria; c) flexibilização e fragmentação curricular e; d) parcerias e privatizações veladas.

Ademais, as discussões evidenciaram que os moldes neoliberais estão explicitamente presentes nas políticas educacionais e, de forma mais sutil, buscam moldar as subjetividades por meio de mecanismos ligados ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Apontam-se, ainda, os efeitos dessa influência não apenas através da política institucional e das políticas públicas, mas também por meio da atuação das mídias corporativas. Em contrapartida, as contrarreformas que estruturam o NEM, reafirmam a dualidade do ensino e a ênfase na formação de mão de obra barata e não na formação integral e humanística, além de esvaziar de sentido as disciplinas tanto da base comum, como da diversificada e neste estudo percebeu-se que a Educação Profissional e Tecnológica é palco privilegiado das ações neoliberais, pois, preveem a formação de pessoas para o mercado de trabalho. Porém, um trabalhador não pensante.

Sendo assim, essas questões são pautas necessárias e relevantes para as pesquisas e debates acadêmicos, como forma de denúncia das ações negativas das influências do neoliberalismo na educação. Recomenda-se então a continuidade do estudo, visto que, há de forma corriqueira mudanças e documentos legais que regem o ensino médio no Brasil, mas, não só isto, o estudo evidencia a urgência de refletir sobre alternativas que resgatem o papel da escola como espaço de formação omnilateral, pautado pela equidade, pela valorização do conhecimento científico, histórico e cultural, e pela construção de uma cidadania plena e emancipatória.

REFERÊNCIAS

ANADON, S. B.; SILVA, S. G. Políticas de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional Docente: uma estratégia de governamentalidade neoliberal empresarial. **Educar em Revista**, v. 39, p. e88029, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/88029>. Acesso em: 13 ago. 2025.

ANDRIOLA, W. B. Propostas estatais voltadas à avaliação do Ensino Superior brasileiro: Breve retrospectiva histórica do período 1983-2008. **Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, v. 6, p. 127-148, 2008.

ANDRIOLA, W. B. Expectativas de estudantes do 2º grau sobre a Universidade. **Revista Educação em Debate**, v. 33, p. 39-45, 1997a.

ANDRIOLA, W. B. Avaliação do raciocínio verbal em estudantes do 2º Grau. **Estudos em Psicologia**, v. 02, p. 277-285, 1997b.

ANDRIOLA, W. B.; CAMPOS, A. S. A avaliação no Ensino Superior: repercussões sociais e superação de desafios. **Educação em Debate**, v. 1, p. 104-117, 2008.

ANDRIOLA, W. B.; OLIVEIRA, S. M. C. Avaliação do aprendizado no Ensino Médio: análise de propostas da Secretaria de Educação do Ceará. **Linguagem, Educação e Sociedade**, v. 1, p. 33-50, 2007.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Congresso Nacional**. Emenda Constitucional nº 59/2009. Brasília, 2009.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2024**. Brasília: Inep, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 13 ago. 2025

BRASIL. MEC. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 ... e institui a política de fomento à implantação do ensino médio em tempo integral. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2024/lei/L14945.htm. Acesso em: 7 nov. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Apresentação coletiva dos resultados do Censo Escolar 2024**. Brasília: Inep, 9 abr. 2025. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2024/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Resultados — IDEB. Brasília, publicado em 15 set. 2022**; atualizado em 14 ago. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 14 ago. 2025.

ClAVATTA, M. A Reforma do Ensino Médio: uma leitura crítica da Lei n. 13.415/2017 – adaptação ou resistência? **Holos**, v. 4, p. 207–222, 2018. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7152>. Acesso em: 13 ago. 2025

CORRÊA, C. de A.; CASTRO, R. M. M.; VERAS, P. R. M. O neoliberalismo e a mercantilização da educação. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 3, p. 12795–12812, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/340534449_O_neoliberalismo_e_a_mercantilizacao_da_educacao. Acesso em: 12 ago. 2025.

EDITORIAL, C. **Autoritária e regressiva reforma: o Novo Ensino Médio**. Retratos da Escola, v. 16, n. 34, p. 7–12, 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1542>. Acesso em: 13 ago. 2025.

EVANGELISTA, L. L. A.; ANDRIOLA, W. B. Retenção discente no Ensino Superior: um estudo no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). **Revista Educação em Debate**, v. 44, p. 120-141, 2022.

FERREIRA, E. (NEO) LIBERALISMO E EDUCAÇÃO: reflexões sobre o papel do educador e a 'pedagogia da autonomia'. **@rquivo Brasileiro de Educação**, v. 10, n. 19, p. 212–233, 2023. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/arquivobrasileiroeducacao/article/view/30496>. Acesso em: 14 ago. 2025.

FERRETTI, C. J. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, p. 25–42, 2018. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/152508>. Acesso em: 13 ago. 2025.

FRIGOTTO, G. **Entrevista com Gaudêncio Frigotto** [Entrevista concedida a] Ana Abranches, Ileizi Fiorelli e Túlio Velho Barreto. Coletiva, Recife, n. 31, 2022. Disponível em: <https://www.coletiva.org/dossie-reforma-do-ensino-medio-n31-entrevista-com-gaudencio-frigotto>. Acesso em: 10 ago. 2025.

GENTILI, P. **Neoliberalismo e educação**: manual do usuário. In: SILVA, T. T. da; GENTILI, P. (Orgs.) Escola S. A. Brasília: CNTE, 1996, p. 3-25.

MOTTA, V. C da; FRIGOTTO, G. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355–372, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8hBkMRjC9mBJYjPwbNDktk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2025.

MARTINS, E. M.; KRAWCZYK, N. R. Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: O caso do movimento 'Todos Pela Educação'. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 31, n. 1, p. 4–20, 2018. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/12674>. Acesso em: 14 ago. 2025.

MUNIZ, R. F.; ANDRIOLA, W. B.; MUNIZ, S. M. Caminhos da avaliação educacional no Brasil: de influências internacionais à implementação do IDEB. **Revista Docentes**, v. 7, p. 65-73, 2022.

PAULA, J. C. de; SILVA, J. F. Ensino Profissional e Tecnológico na era do reformismo: contradições legais e horizontes potenciais. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 33, n. 1, p. 1-23, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-7003.2024v33n1.68624>. Acesso em: 12 ago. 2025.

SANTOS, D. P; CARVALHO, E. S. de. O impacto do pensamento neoliberal sobre a “nova” reforma do ensino médio – Lei nº 13.415/2017: a educação pública em risco. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 45, n. 1, p. 134-159, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ia.v45i1.61088>. Acesso em: 12 ago. 2025.

SANTOS, G. V dos; MEIRELLES, N. V. da S. Neoliberalismo, Consenso de Washington e Mídia Neoliberal: a tríade do desmonte da educação pública profissional e tecnológica (EPT). **Research, Society and Development**, v. 11, n. 5, e45411528355, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i5.28355>. Acesso em: 12 ago. 2025.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SENA, I, P. F de S.; SILVA, F. D. de S.; SILVA, W. A. A EDUCAÇÃO BRASILEIRA SITIADA: AS REFORMAS NEOLIBERAIS E SEUS OBJETIVOS PARA A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA. **Revista LES**, v. 28, n. 58, p. 54-79, 2024. Disponível em: https://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-84492024000300114&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 14 ago. 2025.

SENA, A. K. C; BARBOSA, R. P.; SILVA, M. Q. “Novo” Novo Ensino Médio e as suas contradições - indícios de pós-neoliberalismo à brasileira? **Revista Científica**, n. 73, p. e27723, 2025. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/27723>. Acesso em: 14 ago. 2025.

SILVA, A. B.; ANDRIOLA, W. B. Avaliações da educação básica em municipalidades do Ceará: 30 anos de história. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 34, p. e09040-23, 2023.

SILVA, M. R.; KRAWCZYK, N. R; CALCADA, G. E. C. Juventudes, novo ensino médio e itinerários formativos: o que propõem os currículos das redes estaduais. **Educação e Pesquisa**, v. 49, e271803, 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022023000100402&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 14 ago. 2025.

VASCONCELOS, A. R. F.; QUEIROZ, N. M. B.; SOUZA, E. S. E.; FALCÃO, N. M. A Lei nº 13.415 e suas contribuições no contexto da formação cidadã da juventude no Ensino Médio. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 6, e41210615940, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15940>. Acesso em: 14 ago. 2025.